

• Política

CONSTITUINTE

# Senador diz que Ulysses "driblou" os moderados em apenas 24 horas

por Guilherme Arruda de Porto Alegre

O senador gaúcho Paulo Bisol (PMDB) afirmou durante entrevista em Porto Alegre que o "centrão" não passou de um blefe, articulado através de "ambigüidades manifestadas por idéias falsas", como o número de adesões divulgado e a ameaça de recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para impor posições. Para ele, foi uma estratégia que não vingou graças à habilidade do deputado Ulysses Guimarães, que "quebrou todas as possibilidades em 24 horas". Observou que qualquer tendência dentro da Constituinte com tamanho número de simpatizantes teria condições de fazer o que quisesse com o texto final da Constituição e dividiu que o STF decidia alguma coisa sobre a Constituinte, "pois tudo o que eles queriam já receberam".



Paulo Bisol

Bisol explica que o principal objetivo do "centrão" era manter o presidencialismo, já que este sistema garante a manutenção e a unidade da elite brasileira — que na realidade comanda o País —, enquanto o parlamentarismo sugere a formação de novas elites. "É óbvio que a elite que está no poder não está interessada na criação de outras", disse. Acrescentou que o movimento ganhou força a partir do patrocínio de dois órgãos da imprensa nacional — O Globo e o Estado de S. Paulo —, que, segundo ele, não noticiam política, mas fazem política.

**ELEIÇÕES DIRETAS**

Paulo Bisol ressaltou que a tese de eleições diretas para presidente em 1988 vem crescendo de uma forma que chegará num ponto em que se tornará irreversível, e destacou que se o parlamentarismo não for implantado imediatamente não será nunca mais, porque o presidencialismo interessa aos militares.

Por fim, ele criticou a posição dos governadores do PMDB, que num determinado momento se reúnem para tomar posições conjuntas e quando retornam aos seus estados de origem recuam gradativamente de suas posições. Ele fez uma única exceção: ao governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello — incluindo, portanto, o nome do governador gaúcho Pedro Simon. Bisol, que se define como de esquerda, socialista, após a promulgação da Constituição — a seu ver em março de 1988 — admitiu que poderá ir para o PSB.

**PERIGO DE GOLPE**

O senador gaúcho falou também que qualquer tentativa de promover um golpe tenderá ao fracasso, daqui para a frente. "Não creio que haverá novos obstáculos, porque a Constituinte está num ritmo de trabalho muito intenso." Mas afirmou que existe um movimento em andamento, já há algum tempo, que pretende tirar a soberania da Constituinte e fazer reforma constitucional. "Os militares não arriscariam dar golpe, e também não querem assumir sozinhos, e Sarney seria um desas-

# A articulação do governo e empresários

por José Casado de Brasília

Na manhã desta terça-feira, quando o deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, estiver recebendo das mãos de um expressivo grupo de parlamentares um projeto de resolução para mudar o regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte, permitindo que o plenário altere o texto durante as votações, estará deflagrada a mais ampla operação de "lobby" político já realizada no País.

Resultado de uma união de esforços do governo José Sarney, dos líderes "moderados" do PMDB, PFL e PDS, das maiores empresas privadas, nacionais e estrangeiras, e das organizações representativas do empresariado. Essa manobra política, operada com discrição nas últimas duas semanas, foi efetivamente organizada nos seus detalhes.

Os beneficiários, se o êxito for confirmado, serão o presidente da República, José Sarney, e os empresários: abrem-se, a partir da aprovação desse projeto, as possibilidades de mudanças nos artigos que instituem a estabilidade de emprego, novos direitos trabalhistas (jornada de trabalho de 44 horas semanais e horas extras em dobro, por exemplo), o sistema parlamentarista de governo e o mandato de Sarney para quatro anos.

## Um "caixa" de US\$ 40 milhões em apenas dez dias

A chances de aprovação são reais, em grau suficiente para tranquilizar o presidente ao final da semana passada, pela primeira vez, nove meses depois de instalada a Constituinte, ele dizia a seus interlocutores, no Palácio do Planalto, estar vendo uma luz naquilo que, habitualmente, classificava como uma "confusão" — os rumos da Constituinte. "Eles, realmente, estão começando a trabalhar pelo País", comentou, confessando seu otimismo.

A operação reuniu, no lado do governo, os ministros Aureliano Chaves (Minas e Energia), Antônio Carlos Magalhães (Comunicações), Prisco Viana (Desenvolvimento Urbano) e Borges da Silveira (Saúde). Na Constituinte, envolveram-se, principalmente, os parlamentares José Lourenço, Roberto Cardoso Alves, Daso Coimbra, Carlos Sant'Anna, Amaral Neto, Delfim Netto e Roberto Campos.

Os empresários, que até então agiam de forma isolada e desarticulada, jogaram decisivamente com o peso de sua influência e de uma estrutura ampla, montada nos últimos quarenta dias, que envolve desde instalações físicas, como aluguel de duas man-

# O peso e poder de influência

por José Casado de Brasília

É a primeira vez que tantos empresários, de setores diferentes, concentram-se numa ação política de grande envergadura e de curtíssimo prazo, agindo de maneira aberta e com entidades formalmente criadas para esse objetivo — o de defender seus interesses no processo de formulação da nova Constituição.

O retrato mais fiel dessa coerência de ação e de propósitos está na lista de 76 nomes que compõem o conselho consultivo da União Brasileira de Empresários, a central única empresarial. Eis a composição: Anésio Abdalla; Angelo Calmon de Sá; Arthur João Donato; André de Botton; Antônio de Pádua Rocha Diniz; Abram Szajman; Aldo Alberto Lorenzetti; Armando Monteiro

Filho; Alfredo E. Mello; Agrário Marques Dourado; Augusto Braga Filho; Antônio Evaldo Inojosa de Andrade; Antônio Ermírio de Moraes; Arthur Antônio Saldas; Aloísio de Andrade Faria; Bernardino Rios Pim; Carlos Antich; Carlos Brandão; César Rogério Valente; Délio Sampaio Filho; Erling S. Lorentzen; Elias Bufacal; Emilio Odebrecht; Flávio Teles de Menezes; Fábio de Salles Meireles; Giulite Coutinho; Gustavo Perez Queiroz; Hiram Reis Correa; Helio Smidt; Ivan Muller Botelho; Jayme Sirotsky; Jorge Oscar de Mello Flores; José Eduardo Guinle; Juvenal Gusmão de Andrade; José Alencar Gomes da Silva; Jacques Eluf; Jorge Elias Zahran; Jones Santos Neves Filho; João Evangelista da Costa Tenório; Jorgem Amorim Baptista da Silva; José E. Mindlin; Jair Coser; Joni-

ce S. Tristão; José Eduardo de Andrade Vieira; Laerte Setúbal Filho; Leonídio Ribeiro Filho; Lázaro de Mello Brandão; Luis Eulálio de Bueno Vidigal Filho; Luis Carlos Mandelli; Marcos Magalhães Pinto; Marcus Vinicius Pratinê de Moraes; Mário Amato; Maurício Biagi Filho; M.F. Nascimento Brito; Norberto Ingo Zadrozny; Orlando Moscozo Barreto de Araújo; Oswaldo Antunes Maciel; Olavo E. Monteiro de Carvalho; Omar Fontana; Paulo de Queiroz; Paulo Diederichsen Villares; Pedro Conde; Renato Ticolout Filho; Roberto Rodrigues de Almeida; Sérgio F. Quintella; Sebastião Ubson Carneiro Ribeiro; Sérgio Andrade de Carvalho; Theophilo de Azeredo Santos; Thiers Fatori Costa; Victor D'Araujo Martins; Walter Moreira Salles; Werther Annicchini; Carlos Alberto Vieira; José Afon-

so Sancho; Meton Soares Júnior; Sérgio Augusto Ribeiro. Em São Paulo, 30 empresas privadas, nacionais e estrangeiras, integram o quadro de financiadores do Instituto Liberal, uma organização empresarial, com o objetivo de divulgar a "doutrina do liberalismo econômico". Cada uma delas, a princípio, compromete-se a colaborar com 250 OTNS (CZ\$ 117,5 mil) por mês. São elas: Fenícia, Unibanco, Sharp, Votorantim, Bradesco, Itaú, Gradiente, Levy Corretora, Eldorado, Coga Industrial, Papéis Toga, Sasa, José Alves, Alcoa Alumínio, Rhodia, Refinações Milho Brasil, Arna Villares, Banco Noroeste, Visagis, Nestlé, Paranaapanema, Copersucar, Aramifício Vidal, Banco de Boston, Vera Cruz Seguradora, Ebid, Philco, Dow Química, e Probel.

sões no Lago Sul de Brasília, e de andares inteiros em hotéis, para reuniões sucessivas, como a contratação de agências especializadas em "lobby", publicidade e assessoria de imprensa.

As segundas derrotas de suas propostas na Comissão de Sistematização, encarregada da preparação da versão final da nova Carta, antes das votações em plenário, levaram a uma inédita articulação, que ganhou expressão, na semana passada, na instalação simultânea de três novas entidades, e na constituição de um "caixa" de US\$ 40 milhões, com doações de empresas de todos os estados, no curto espaço dos últimos dez dias, conforme apurou este jornal.

Dois anos depois de seguidas divergências, os presidentes das confederações nacionais da Indústria, Agricultura, Comércio, Finanças e Transportes, conseguiram formalizar a existência da União Brasileira dos Empresários (UBE), a primeira central única empresarial do País, com objetivos explicitamente políticos.

A UBE surge com real poder de representatividade, indo além das organizações sindicais existentes, que são tratadas na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) como entidades governamentais de segunda classe. Seu peso está no conselho consultivo, composto por 76 dos maiores empresários do País, de todos os setores (veja matéria ao lado).

Somados, representam um patrimônio líquido de US\$ 2,2 bilhões (CZ\$ 148,6 bilhões). Suas empresas, de acordo com a revista Balanço Anual/87, registraram uma receita operacional líquida (faturamento já deduzidos os impostos) da ordem de US\$ 5 bilhões (CZ\$ 339,7 bilhões) — um dinheiro suficiente, por exemplo, para a construção de duas ferrovias Norte-Sul, a obra sonhada pelo presidente Sarney.

Paralela à UBE funcio-

nará a Frente da Livre Iniciativa. E um órgão imaginado há apenas cinquenta dias, com o objetivo de funcionar como uma espécie de "braço executivo" na operação política da central empresarial. Tem praticamente a mesma diretoria: Antônio Oliveira Santos, presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC); Albano Franco, senador (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Roberto Konder Bornhausen, presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras; Amauri Temporal, presidente da Confederação Nacional das Associações Comerciais; e Camilo Cola, presidente da Confederação Nacional dos Transportes Terrestres. Um dos entusiastas da ideia foi o banqueiro Roberto Bornhausen.

## A UDR entra com 10 mil cabeças de gado

Nessa Frente da Livre Iniciativa, não há conselho consultivo, como na UBE. E o setor agrícola está representado por Ronaldo Caiado, líder da União Democrática Ruralista (UDR).

A arrecadação de doações em dinheiro, em todo o País, está sendo direcionada por essa entidade. A UDR deverá dar uma contribuição específica, na segunda quinzena, depois de promover um leilão de 10 mil cabeças de gado, nos dias 13, 14 e 15, no parque de exposições da Granja do Torto, em Brasília. A expectativa é de uma arrecadação de US\$ 1,9 milhão (CZ\$ 130 milhões). Será o maior leilão de gado já realizado no País.

Na semana passada, em Brasília, depois da soleni-

dade que marcou a instalação da UBE e da Frente da Livre Iniciativa, havia a ideia de implantar, com rapidez, estruturas regionais semelhantes — a exemplo do que ocorre há doze meses em São Paulo, onde as federações já constituíram uma central estadual.

O banqueiro Bornhausen (Unibanco) foi além: criou, na semana passada, o Instituto Liberal de São Paulo, com a ajuda do comerciante Jorge Wilson Simeira Jacob (Fenícia). Articulado com os presidentes de trinta das maiores "holdings" do País (veja matéria ao lado), organizaram uma entidade cujo objetivo será doutrinar, financiar e promover eventos que possibilitem a divulgação de teorias econômicas liberais.

No dia 18, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), o Instituto Liberal estreou com uma palestra do deputado Alvaro Alsgoray, líder da maior facção política de direita da Argentina, a União de Centro Democrático (Ucede).

A montagem dessa estrutura foi seguida por ações concretas de "lobby" em Brasília, nas últimas duas semanas. Na noite de quarta-feira passada, os empresários foram jantar com o presidente Sarney, no Palácio da Alvorada. Comunicaram-lhe que tinham certeza de que o grupo de constituintes "moderados", também chamado de "centrão", estava consolidado, com maioria suficiente para mudar o regimento e, por consequência, o projeto da nova Carta.

ponto que a instalação da UBE foi anunciada em um filme comercial na Rede Globo, segundos antes do programa de maior audiência (Jornal Nacional), com severas críticas à estabilidade. O filme custou cerca de US\$ 1 milhão (CZ\$ 70 milhões).

## Filme contra estabilidade custou US\$ 1 milhão

Essa mobilização representada, na prática, uma tentativa de resgate do tempo perdido, nos nove meses anteriores. Desarticulados, os empresários viram aprovadas numerosas emendas contrárias aos seus interesses. Em muitas votações se omitiram. Ronaldo Caiado, da UDR, por exemplo, fixou-se na questão da reforma agrária e sequer compareceu à reunião da Constituinte em que foi aprovada a emenda estabelecendo direitos iguais para trabalhadores urbanos e rurais, que agora tenta mudar.

Antonio Oliveira Santos,

## Capítulo quinto passa por decurso de prazo

por Euclides Torres de Brasília

Por decurso de prazo foi aprovado o capítulo quinto do substitutivo do relator Bernardo Cabral na Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, texto que trata das funções essenciais à administração da Justiça como a advocacia, as defensorias públicas e o Ministério Público. Também foi aprovada, mas com emenda supressiva, o título quinto que versa sobre a defesa do Estado e das instituições democráticas.

A seção que trata sobre o estado de defesa e de sítio

não foi ao plenário durante a votação da estabilidade, embora o comércio seja o setor com maior taxa de rotatividade de mão-de-obra. Roberto Konder Bornhausen, até poucos dias atrás não pisava nos tapetes do Congresso para conversar com os constituintes. Albano Franco, e Mário Amato, passaram boa parte do tempo divergindo sobre suas propostas em relação ao capital estrangeiro.

Na semana passada, juntos e organizados, eles se empenhavam até em detalhes, como o de evitar que o deputado federal Delfim Netto e o senador Roberto Campos ambos do PDS, acabassem assumindo a coordenação efetiva do bloco de "moderados". O ímpeto dos dois, na visão dos empresários, ameaçava comprometer o objetivo final de uma discreta articulação.

## A advertência de Antônio Ermírio à UBE

Até mesmo o empresário Antônio Ermírio de Moraes, habitual crítico dessas entidades setoriais, aderiu ao projeto da UBE e manteve um tom de cautela no discurso que marcou a instalação da entidade. "Trigüo toda sua ênfase nas críticas ao governo — na prática, um aliado dos empresários na Constituinte, nesse momento, e, certamente, principal beneficiário do "lobby". Foi mais ameno com os constituintes.

Mas foi Ermírio de Moraes quem chamou a atenção dos dirigentes dessas entidades para a dimensão e o futuro dessa ação política organizada: "Tenhamos cautela, para não cometermos um erro novo durante a tentativa de consertar um erro anterior (da Constituinte)".

Hoje, a estrutura e toda a ação dos empresários estão voltadas para a Constituinte. Nos próximos meses, quando a nova Carta já estiver em vigor, elas, certamente, continuarão a existir. O objetivo, então, poderá até mesmo ser a próxima eleição presidencial.

# Mobilização pelas diretas em 88

por Cecília Pires de Brasília

O quadro nacional é crítico, agravado pela expectativa de uma crise econômica internacional, e a transição chegou a um ponto insustentável. Esta análise tomou conta da Constituinte na última semana e foi selada por um encontro entre o presidente do PFL, senador Marco Maciel, e o senador José Richa (PMDB-PR), que concluíram pela necessidade de se apressar o fim dos trabalhos da Constituinte e realizar eleições diretas para presidente no ano que vem. Ambos concordaram, ainda, com as contas feitas pelas lideranças da Constituinte, que somam até agora 46 dos 47 votos necessários para a aprovação de um mandato de 4 anos para o presidente José Sarney pela Comissão de Sistematização, que vota a matéria dentro de uma semana.

O próprio presidente já está convencido de que a Constituinte votará um mandato de quatro anos, segundo um parlamentar do círculo íntimo de Sarney. Em declarações oficiais, Sarney continua reticente. Na noite de sexta-feira, na base aérea, ao retornar de uma viagem a Belo Horizonte, Sarney esquivou-se de comentários, limitando-se a ironizar as contas feitas pelos parlamentares.

"Acho que vocês estão muito 'experts' em matéria de votos na Sistematização, até mais do que eu. Por isso, não posso opinar", disse Sarney à imprensa, segundo relato do repórter Edison Beu. Indagado se negociaria com a Constituinte as eleições ge-

rais no ano que vem em troca do sistema presidencialista, Sarney respondeu, apenas: "Eu não troco nada".

Na análise feita por Richa e Maciel, na tarde de sexta-feira, a necessidade de eleições para presidente no ano que vem decorre de um quadro "nada animador", segundo Richa. "A conjuntura internacional é desfavorável, a situação política do País caminha para a deterioração profunda e galopante. E preciso abreviar a transição. Isto quer dizer apressar os trabalhos da Constituinte e concluir logo a nova Constituição, realizando eleições em novembro. Antes é precipitado, porque é preciso algum tempo para preparar o processo".

Richa e Maciel ainda analisaram com preocupação a poderosa frente de empresários que passou a criticar o texto que vem sendo aprovado na Comissão de Sistematização, que consideram uma ameaça sobre a Constituinte. Segundo Richa, ao apressar a conclusão dos trabalhos, o aperfeiçoamento de possíveis falhas do texto poderia ser feito por uma Comissão Constitucional ou pelo próprio Congresso, que faria este trabalho durante todo o ano de 1988, enquanto, ao mesmo tempo, as lideranças políticas preparariam o processo sucessório. "É preciso abreviar esta transição para que a conjuntura não fique orfã de uma ação política".

O encontro de duas lideranças de partidos diferentes e que divergem quanto ao sistema de governo a ser adotado não impede o início de entendimentos em torno de pontos de vista comuns, como a necessidade de realizar eleições no ano que vem. Richa, parlamentarista, admite negociar até o adiamento do novo sistema para 1989, se for possível aliar-se a lideranças presidencialistas, como Maciel, para concluir o processo de transição no ano que vem.

Parlamentares do PFL acreditam que o início de entendimentos entre PMDB e PFL pode começar com este tipo de liderança, que é moderado e não sofre rejeições no partido opositor. Outros entendem que estas negociações são difíceis porque o PFL já tem um candidato à Presidência, que é o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, e o PMDB terá naturalmente o seu. Este início de entendimentos poderia servir, na visão destes parlamentares, para o segundo turno da votação para presidente.

po dissidente do PFL, convervou a respeito do quadro nacional com o ex-vice-líder na Câmara, deputado Alceny Guerra. Sua conclusão, segundo o parlamentar, é que, "diante de uma tormenta, é preciso traçar a rota e se manter no rumo. Qualquer desvio pode levar a um CB", revelou Maciel ao deputado, referindo-se a uma nuvem de alta turbulência que pode desestabilizar um avião.

O encontro de duas lideranças de partidos diferentes e que divergem quanto ao sistema de governo a ser adotado não impede o início de entendimentos em torno de pontos de vista comuns, como a necessidade de realizar eleições no ano que vem. Richa, parlamentarista, admite negociar até o adiamento do novo sistema para 1989, se for possível aliar-se a lideranças presidencialistas, como Maciel, para concluir o processo de transição no ano que vem.

Parlamentares do PFL acreditam que o início de entendimentos entre PMDB e PFL pode começar com este tipo de liderança, que é moderado e não sofre rejeições no partido opositor. Outros entendem que estas negociações são difíceis porque o PFL já tem um candidato à Presidência, que é o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, e o PMDB terá naturalmente o seu. Este início de entendimentos poderia servir, na visão destes parlamentares, para o segundo turno da votação para presidente.

## Quércia critica rejeição do aumento da bancada

por Adriano Vera e Silva de São Paulo

O governador de São Paulo, Orestes Quércia, protestou contra a decisão da Comissão de Sistematização de rejeitar o aumento do número de deputados federais paulistas de sessenta para oitenta, durante a assinatura de um convênio com a prefeitura da capital para a construção de hospitais na periferia, realizada na última sexta-feira, no Palácio dos Bandeirantes, com a presença do prefeito Jânio Quadros, que apoiou integralmente o governador.

"Essa atitude da Sistematização revela inexistência de espirito público. O justo é que São Paulo tenha 114 deputados federais. Nós tínhamos feito um acordo de lideranças aceitando um número menor, 80 deputados, e nem isto passou", disse Quércia. O governador, apesar de se mostrar preocupado, vai tentar modificar a decisão

no plenário da Constituinte. "Agora fica mais difícil, mas vamos tentar", afirmou.

Jânio Quadros declarou estar "vinculado a este grande governador" e informou ter enviado um telegrama de protesto contra a decisão da Sistematização. Sem poupar elogios a Quércia, Jânio ressaltou que seu entendimento com o governador "é de tal natureza que, às vezes, basta apenas uma telefonada" para que ambos resolvam assuntos em comum.

Nesse sentido, o prefeito disse que "muito provavelmente apoiará a candidatura de João Osvaldo Leiva", secretário de Obras do governador para a prefeitura da capital, nas eleições do próximo ano.

Perguntado sobre a possibilidade de uma aliança entre PTB e PMDB para lançar um candidato único à prefeitura, Jânio falou as mãos: "Sou Pilatos nesse credo".

**LEIA O JORNAL QUE O SEU PRESIDENTE LÊ. ASSINE A GAZETA MERCANTIL.**

Faça agora mesmo a sua assinatura da Gazeta Mercantil. Dique 255.8788 ou Grande São Paulo (011) 308.8788 ou Internet e em outros Estados. Número 1.111 Free